



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

Estado do Rio Grande do Sul

NOVO HAMBURGO - CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

LEI MUNICIPAL Nº 1.368/2006, de 21 de fevereiro de 2006.

Concede subvenção à Associação dos Moradores do Bairro Lomba Grande, aponta recurso e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO:

Faço saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção à Associação dos Moradores do Bairro Lomba Grande - AMOLOMBA, até valor de R\$ 73.607,00 (setenta e três mil, seiscentos e sete reais), divididos em 10 (dez) parcelas mensais, com a finalidade de administrar o Projeto de Equoterapia para crianças matriculadas nas classes especiais da rede de ensino municipal, dos bairros de Novo Hamburgo.

Art. 2º A subvenção de que trata o artigo 1º desta Lei destina-se a custear despesas mensais de manutenção e pagamento de pessoal, sendo que todas as despesas de encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, decorrentes do vínculo empregatício dos funcionários, correrão por conta da Entidade beneficiada.

Parágrafo único. A subvenção somente pode ser aplicada conforme Plano de Trabalho apresentado.

Art. 3º A Entidade fica obrigada a comprovar junto à Secretaria da Fazenda - SEMFA e Secretaria de Educação e Desporto - SMED, até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, as despesas dos direitos previdenciários e trabalhistas (folha de pagamento, GFIP-FGTS, GPS-INSS, DARF/PIS, IRRF), balancete mensal, cópia da folha de pagamento e contra-cheques, nota fiscal do valor a receber, relação das crianças atendidas pelo Convênio, comprovação do uso da verba através de Planilha Mensal de Prestação de Contas devidamente preenchida, juntamente com cópia das notas fiscais, recibos e demais documentos necessários, todos em ordem cronológica, comprovando a destinação fixada pela presente Lei.

Parágrafo único. A liberação das parcelas vincendas fica vinculada à aprovação da prestação de contas apresentada pela Entidade.

Art. 4º A Planilha Mensal de Prestação de Contas, conforme modelo constante no Anexo I desta Lei, deve conter a relação de pagamentos com número do cheque e do documento fiscal, valor e favorecido em ordem cronológica;

Art. 5º Fica a Entidade obrigada a abrir conta bancária específica para o recebimento do valor correspondente à subvenção repassada.

§ 1º Os valores recebidos e não utilizados no período igual ou superior a 30 (trinta) dias devem ser aplicados em caderneta de poupança em instituição oficial.

§ 2º Os rendimentos das aplicações financeiras devem fazer parte obrigatoriamente, da prestação de contas, bem como serem aplicados em sua totalidade.

Projeto de Lei nº 007/14L/2006



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

Estado do Rio Grande do Sul

NOVO HAMBURGO - CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

2

...
de no objeto desta subvenção, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas dos recursos originalmente recebidos.

Art. 6º Ao final do exercício, a Entidade deve, juntamente com a última Planilha Mensal de Prestação de Contas, apresentar seu balanço contábil anual.

Art. 7º A Entidade deve observar, tanto para a obtenção da contribuição pleiteada, quanto no que diz com a respectiva prestação de contas, o que contém no Manual para Concessões Sociais e de Prestação de Contas, instituído pelo Decreto nº 2.336/2005, de 12 de dezembro de 2005.

Parágrafo único. Compete à SMED, pela sua Diretoria de Educação, a fiscalização da verba prevista nesta Lei, bem como por toda e qualquer assessoria técnica e pedagógica necessária para o bom andamento do projeto.

Art. 8º No orçamento fiscal do exercício de 2006, encontra-se consignada dotação orçamentária para atender a despesa prevista nesta Lei, no valor total de R\$ 73.607,00 (setenta e três mil, seiscentos e sete reais), com recursos na rubrica da Secretaria de Educação e Desporto: 1.01.02.05.03.00.012.365.0003.2.024.3.3.3.50.43.01.00.00 - Instituições de Caráter Assistencial, Cultural e Educacional.

Art. 9º Quando os recursos forem utilizados em finalidades diversas da estabelecida nesta Lei e a prestação de contas não for apresentada no prazo exigido, bem como não for executado o objeto da avença, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas, a Entidade deve restituir o valor transferido acrescido de juros e correção monetária, segundo o índice oficial, a partir da data do seu recebimento, ao Município.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO, aos 21 (vinte e um) dias do mês de fevereiro do ano de 2006.


JAIR HENRIQUE FOSCARINI
Prefeito Municipal


EDISON SIQUEIRA LEMOS
Secretário de Planejamento em exercício

MARISTELA F. R. GUASSELLI
Secretário de Educação e Desporto

Registre-se e Publique-se.


JOÃO ALBERTO ANTÔNIO
Secretário de Administração